

Heráldica em manuscritos iluminados hebraicos portugueses: uma primeira abordagem

Miguel Metelo Seixas

*IEM-CHAM/FCSH/UNL, bolseiro FCT
miguelmeteloseixas@gmail.com*

Poderá à partida parecer estranho que um projecto de estudo de manuscritos iluminados hebraicos portugueses compreenda a análise da heráldica presente neste género de fontes¹. Tal estranheza radica, contudo, em duas ideias preconcebidas: a da relação histórica inerente entre o fenómeno heráldico e uma camada social particular, a nobreza – e por consequência, a nível epistemológico, a ideia da relação igualmente forçosa, quase intrínseca, entre o saber heráldico e o genealógico.

Na origem, a relação entre heráldica e nobreza estabeleceu-se, por toda a Europa, em finais da Idade Média e consolidou-se ao longo da Idade Moderna. Razões complexas estiveram na base da associação da heráldica à nobreza, grande parte das quais se prende com a construção e manutenção de certa ordem sociopolítica, apoiada no conceito de uma recíproca relação privilegiada: por um

¹ O presente texto insere-se no projecto “Iluminura hebraica em Portugal durante o século XV”, referência PTDC/EAT-HAT/119488/2010. Quero agradecer ao respectivo coordenador, Luís Urbano Afonso, o convite que me foi dirigido para integrar a equipa deste projecto – iniciativa que denota uma sensibilidade e interesse pouco usuais entre historiadores em relação à matéria heráldica; para fundamentação deste meu texto, beneficiei da recolha de imagens heráldicas em manuscritos portugueses hebraicos (e bibliografia sobre esses mesmos códices) que me foi transmitida pelo bolseiro de investigação deste projecto, Tiago Moita, a quem igualmente agradeço.

lado, entre heráldica e Coroa, com objectivos políticos ligados à centralização do poder régio; por outro lado, entre heráldica e nobreza tal como esta se foi construindo e definindo ao longo do século XV, com objectivos sociais de legitimação (para o caso português, cf. SEIXAS e GALVÃO-TELLES, 2014). Esta construção ideológica gozou de tanto sucesso e transmitiu-se de forma tão dilatada e duradoura que sobreviveu ao Antigo Regime, perdurou ao longo do século XIX e chegou mesmo aos nossos dias. Trata-se contudo de uma visão que não corresponde de todo à realidade concreta da heráldica, que sempre foi mais vasta, mais variável e mais flexível (SAVORELLI, 2014: 296-299). Mas o preconceito tem-se revelado bem difícil de combater e de extirpar.

Quanto ao saber heráldico, viu-se ele próprio sujeito a uma construção ideológica que foi, a um tempo, instrumento e produto da consolidação dessa relação entre heráldica e nobreza. Desde finais da Idade Média (início do século XIV para a Europa transpirenaica, final do mesmo século para a Península Ibérica), assistiu-se à construção da imagem de um saber erigido por especialistas (os oficiais de armas: reis de armas, arautos e passavantes), ao serviço de soberanos ou de grandes senhores. Estes oficiais ligavam-se ao mundo da cultura cavaleiresca e cortesã, ao complexo universo de correspondências simbólicas cultivadas nas cortes da Idade Média tardia, às actividades de guerra e de torneios, e às funções concretas de acreditação e de protocolo (juizes, observadores supostamente imparciais, mensageiros fidedignos, testemunhas acreditadas à partida). Aparentemente díspares, todas essas actividades giravam, na realidade, em torno da questão essencial de os ditos oficiais se auto-representarem enquanto instrumentos da justiça, ou seja, porta-vozes e promotores da verdade, da ordem, do equilíbrio (BOUDREAU, 2004). Neste sentido, a função dos arautos era inextrincável da própria imagem do soberano em cujo nome eles actuavam – e que eles representavam até de um ponto de vista simbólico (o que se relacionava com o princípio do corpo místico do rei, que

podia ser literalmente representado em todos os seus domínios pelas suas armas ou pelos oficiais sacramentados – lembre-se que os oficiais de armas entravam em funções mediante uma cerimónia de baptismo, que adoptavam novos nomes de função, que envergavam cotas de armas semelhantes a dalmáticas etc.) (HILTMANN, 2006).

Assim, os arautos construíram um saber baseado na supremacia do poder régio e transmissor de uma imagem idealizada da nobreza, ambos fundamentados nos vectores da justiça, da hierarquia, da ordem. Em consequência, tal saber erigiu-se sobre os princípios da antiguidade, da imutabilidade e da complexidade das normas, confiando-se igualmente a uma linguagem e uma gramática específicas (razoavelmente impenetráveis para o leigo): assim se formou a ciência da armaria ou do brasão. Tal saber manteve porém – é importante ressaltá-lo – relações fluidas, por vezes lansas, com a realidade heráldica: esta continuou a constituir-se como fenómeno social e cultural muito mais diversificado do que as obras teóricas queriam fazer crer. Nesse sentido, o saber heráldico assumiu-se como normativo e a-histórico.

As obras heráldicas dividiram-se em duas grandes tipologias: por um lado, os tratados de armaria, que compreendiam geralmente uma história (em parte real, em parte imaginária) da heráldica e a enumeração das regras de composição, de uso, de descrição e de transmissão das armas; por outro, os armoriais, ou seja, descrições ou representações de conjuntos de armas reais e imaginárias (BOUDREAU, 1997). Juntos, tratados e armoriais transmitiam uma imagem profundamente hierarquizada da sociedade, segundo uma ordem ideal provinda das definições de nobreza, de sociedade de corte, de hierarquia construída em redor da figura do rei. À medida que se verificava o processo de centralização do poder régio, de afirmação da nobreza segundo os modelos pós-medievais (centrados na corte) e de cristalização das formações políticas e sociais típicas da Idade Moderna, o saber heráldico passou a gozar de uma ex-

traordinária divulgação (SEIXAS, 2010). Tornou-se numa componente essencial de todo membro da elite aristocrática – ou de quem almejava vir a fazer parte dela: como exprimia o heraldista padre António Soares de Albergaria no século XVII, “esta matéria heráldica é como pedra íman, que a todos atrai” (*apud Ibidem*: 361). Nesse sentido, a cultura heráldica tornou-se parte integrante do imaginário social, cultural, artístico e literário da Idade Moderna (LOSKOUTOFF, 2000).

No século XIX, tanto a heráldica como o saber heráldico sofreram profundas alterações. Do ponto de vista da sua utilidade, a heráldica foi então confrontada com o declínio das duas instituições que a tinham instrumentalizado ao longo da Idade Moderna: a Coroa, que passou a desempenhar um papel cada vez menos significativo no equilíbrio político; e a nobreza tradicional e a própria estrutura linhagística, que perderam a sua importância política e social. Tanto a Coroa como as linhagens nobres deixaram de ser elementos estruturantes da sociedade. Daí também o desenvolvimento de diversos tipos de heráldica não-linhagística, alguns dos quais já existiam desde a Idade Média mas se encontravam ofuscados pelo predomínio nobiliárquico: dos Estados e das entidades supra-estatais, das comunidades cívicas, das associações desportivas (com os clubes de futebol à cabeça), das empresas comerciais; daí também a plena integração da heráldica na sociedade industrial, como elementos promotor de publicidade a determinados marcas e produtos (em sentido meramente estatístico, a nossa época é talvez a mais heráldica de todas). Daí, por fim, a heráldica literária e artística: alguns movimentos apreciaram deveras as perspectivas abertas pela heráldica (com o romantismo à cabeça, claro, mas também o simbolismo e o surrealismo). Mantendo uma ilusória aparência de continuidade, a heráldica entrou por inteiro na sociedade burguesa, capitalista e de consumo de massa (SEIXAS, 2012b).

Também o saber heráldico foi atingido pelo furacão revolucionário oitocentista e começou a ultrapassar a dimensão técnica, nor-

mativa e a-histórica a que havia até então ficado confinado. Não que essa dimensão tivesse deixado de existir: ainda hoje se continuam a produzir manuais de heráldica e tratados de armaria ou armoriais em tudo semelhantes aos que foram coligidos ao longo dos séculos XV a XIX. Mas a heráldica passou a integrar igualmente o contexto historiográfico romântico e positivista característico deste último século, patente em dois tipos de obras:

- Compilação e estudo das fontes, elaboração de inventários: de cartas de armas (do Visconde de Sanches de Baena a Nuno Borrego), de armoriais (de Braamcamp Freire a Manuel Artur Norton), de selos (Marquês de Abrantes), de monumentos armoriados, para os quais existem inventários de âmbito local e regional, mas não nacional (para todas estas referências, veja-se o ensaio bibliográfico patente em SEIXAS 2012a).
- Obras de saber técnico, de exploração filológica das fontes, tendo em vista a obtenção do maior número possível de “dados fiáveis”: a heráldica constrói-se então como “ciência auxiliar da História”, ao mesmo título que a esfragística, a epigrafia, a codicologia, a cronologia, a genealogia, a diplomática, a numismática etc. (para um estado da arte desta problemática, cf. SAVORELLI, 2013).

Na sua relação com a História, a heráldica passou então a ser amiúde usada como instrumento de identificação (de comanditários, destinatários, utilizadores, possesores) e de datação; conforme síntese de Michel Pastoureau, a heráldica logra fornecer “un microcosme au service de l'historien” e “un état civil au service de l'archéologue” (PASTOUREAU, 1998: 66-70). Não obstante tal utilidade, transparece uma posição habitual dos historiadores (e historiadores da arte) em relação à heráldica e aos heraldistas, feita de desconfiança, impaciência ou menosprezo para com um saber tido como antiquado e uma linguagem difícil e intimidatória (e porventura um pouco ridícula nestes tempos democráticos). Os heraldis-

tas, por sua vez, assumem, a maior parte das vezes, uma circunscrição voluntária aos aspectos técnicos, voltando-se para a produção de obras de pura erudição e marcando, assim, distanciamento em relação ao mundo universitário (ao contrário da sigilografia, da paleografia, da numismática, da epigrafia e de outros desses ramos da História que o século XIX classificou como “ciências auxiliares”, cf. MORUJÃO, 2011). Os heraldistas têm-se mantido assim, de maneira geral, isolados nos redutos das suas associações e academias próprias.

Não obstante este divórcio (que em muitos casos se mantém actual), a heráldica beneficiou de uma renovação epistemológica a partir de meados do século XX, baseada no estudo do fenómeno heráldico enquanto forma de história cultural, das mentalidades, social, política, militar e da arte. Nessa renovação, a obra de Michel Pastoureau assumiu um papel fulcral, condensado no seu tratado de heráldica (PASTOUREAU, 1993)².

Por via do questionamento do prisma por que era habitualmente considerado o seu objecto de estudo, acabou por sobressair que o recurso a emblemas heráldicos durante a Idade Média não se restringia de modo algum nem às camadas nobres, nem sequer ao espectro mais vasto dos combatentes. Na verdade, a heráldica, mesmo tendo surgido nos campos de batalha, desde muito cedo extravasou tal âmbito e tornou-se num código de comunicação de forte impacto social, a que recorriam todos aqueles que, por motivos e circunstâncias variados, necessitavam de recorrer a um elemento visual de reconhecimento, quer para validação de actos (aí reside, naturalmente, o papel dos selos), quer para construção e

² A primeira edição do *Traité d'Héraldique* data de 1979; foi sucessivamente reimpresso em 1993, 1997, 2003 e 2008. Cita-se a edição de 1993 por se tratar da última a ter sido actualizada (incluindo um capítulo novo, “Quinze ans de recherches héraldiques”, em que o autor realiza um ponto de situação da pesquisa heráldica produzida desde a primeira edição).

projectação de uma identidade individual ou colectiva (familiar, institucional, comunitária).

Daí decorre a importância de estudar os emblemas usados, na Idade Média, por todos quantos não pertenciam à categoria normalmente associada, por efeito retroactivo, ao uso de emblemas heráldicos: a nobreza cristã. Mesmo dentro da comunidade cristã, é importante notar que tanto mercadores como artífices ou até mesmo camponeses, para já não falar de eclesiásticos (independentemente da sua origem nobre ou plebeia, entenda-se), recorreram ao uso de armas. Fora da comunidade cristã, verificou-se também o uso de emblemas heráldicos por membros de comunidades islâmicas (quer independentes, ou integradas em unidades políticas cristãs) e de comunidades judaicas (tanto integradas em unidades políticas cristãs como islâmicas).

Rémi Mathieu, autor de uma obra de síntese pioneira para a renovação do conhecimento heráldico publicada em 1946, ao querer demonstrar a disseminação generalizada do uso de armas na sociedade medieval, recorreu precisamente ao exemplo judaico, apresentado como extremo: “Même les Juifs, dont la condition était pourtant défavorable, avaient des armoiries” (MATHIEU, 1946: 41). Em abono da sua tese, Mathieu citava selos armoriados de judeus franceses e evocava um caso célebre: o do astrólogo Michel de Nostredame, vulgo Nostradamus. Antes de Mathieu, já o verbete “Coat of arms” da *Jewish Encyclopedia*, publicada em 1906, trazia uma breve visão de conjunto sobre o fenómeno, condicionada porém pelo preconceito quanto à vinculação entre os emblemas heráldicos e a condição nobiliárquica, e por uma visão estritamente legalista (*Jewish Encyclopedia*, 1901-1906: vol. IV, 125-132). O texto, com efeito, definia as armas como

Armorial bearings of families to which the right to bear arms has been granted by the recognized heraldic authorities. This right is in a heraldic sense distinctly feudal in character [...]. As Jews had no recognized position in the feudal system of this period, they could not use

these devices [...]. Consequently, no Jewish coat of arms were recognized by the heralds in the Middle Ages; though rich Jewish families of means used devices, as is shown by the occurrence of heraldic seals.

H. Guttentstein e Joseph Jacobs, autores deste verbete, enredaram-se pois involuntariamente no seu silogismo, cujas premissas eram falsas: se as armas reflectiam a condição nobre, não possuindo os judeus tal condição, como explicar a existência de tantos selos armoriados hebraicos da Idade Média? Só lhes faltou dizer que tais emblemas haveriam sido abusivamente assumidos pelos seus detentores – mas tal pensamento encontra-se subjacente ao texto, que aliás refere de seguida a concessão de armas a Bassevi von Treuenfeld pelo imperador Fernando II, em 1622, como primeiro caso de heráldica judaica oficialmente reconhecida e, portanto, legítima (e ligada ao respectivo processo de nobilitação). Retomava-se assim princípio semelhante ao que já havia orientado os estudos de Lucien Wolf acerca das armas concedidas no século XIX a judeus ingleses: somente a heráldica emanada de uma autoridade reconhecida tinha valor e podia ser considerada autêntica (WOLF, 1894-1895)³.

O mesmo verbete da *Jewish Encyclopedia* enveredava depois pela análise particular da heráldica de famílias sefarditas, para a qual propunha uma explicação semelhante à anterior, porém mais circuns-tanciada:

The practice of bearing coats of arms became more general among the Jews at the time of the Marranos. When a Jew became converted in Spain, he was generally adopted by some noble family, and thereby obtained the right to bear the family arms. In this way many Jewish families gained the right to shields, which they carried

³ Critério similar levou à publicação de *Anglo-Jewish notabilities*, 1949 e de KANDEL, 1968-1969.

with them to Holland, and had carved on their tombstones, even when they repudiated Christianity, which had given them the right to such shields.

Preconceito similar levou pois os autores a entenderem que apenas por interferência directa do processo de conversão ao cristianismo e de adopção por estirpes nobres poderiam as famílias sefarditas ter obtido as suas armas. E de novo, agora de forma explícita, apontava-se o carácter amiúde abusivo de tais emblemas, sobretudo quando as mesmas famílias, exiladas na Holanda, regressavam à sua fé original. Não podiam contudo os autores ignorar que “it would appear that at an earlier period certain Spanish Jews had adopted arms”, o que mais uma vez constituía, aos seus olhos, uma realidade difícil de compreender⁴. Estranhamente, assim, o texto terminava com uma extensa listagem da heráldica própria das famílias sefarditas, oriundas tanto de Portugal como de Espanha, a qual incluía casos tanto de similitude heráldica em relação a famílias cristãs homófonas, como de armas inteiramente inéditas no brasonário cristão. O que entrava em evidente contradição com a suposta origem de tais emblemas enquanto decorrência da heráldica de famílias adoptivas católicas e nobres.

Cerca de sete decénios depois, o verbete “Heraldry” da *Encyclopaedia Judaica* publicada em 1971 repisava pontos de vista em tudo similares aos da sua antecessora, vincando que a heráldica se formara “in feudal Western Europe at the time of the Cruzades and was based on the principle that only the land-owning class, which formed the nobility, was entitled to bear arms” (*Encyclopaedia Judaica*, 1971: vol. 6, 334)⁵. Tal ponto de vista era compreensível no princí-

⁴ A asserção da origem peninsular da heráldica de famílias sefarditas entretanto emigradas, anterior à sua conversão ao cristianismo ou independente dela, vem mais recentemente reiterada em BUONALFACE, 2000: 409.

⁵ Sem citar a respectiva fonte, o autor do verbete afirmava que “the king of Portugal, Alfonso Henriques (1094-1185) was said to have granted a coat of arms to a Jew”, o que

pio do século XX, quando se publicou a primeira enciclopédia judaica acima citada; nos anos 70, contudo, a repetição destes chavões denotava ignorância da renovação do conhecimento heráldico que entretanto se operara. Avraham Rubinstein, autor do verbete de 1971, centrou mais ainda a sua análise numa óptica puramente nobiliárquica, denotando as mesmas perplexidades do seu antecessor; resolveu-as porém por via de um subterfúgio: os emblemas ostentados nos selos judaicos apresentavam apenas uma similitude formal com os heráldicos: “the extensive use of emblems by Jews for seals sometimes led to a design similar to a coat of arms” (*Ibidem*. 334). Mas Rubinstein acentuava igualmente a importância da comunidade marrana na criação de uma heráldica judaica, repetindo o argumento da apropriação de nome e armas das famílias adoptivas cristãs e acrescentando uma afirmação insondável: “others inherited arms which had actually been granted to their Marrano ancestors”. Tal asserção revela-se infundamentada, na medida em que se não conhece qualquer concessão de armas operada pelos reis de Portugal a favor de súbditos judeus.

Em detrimento desta visão enviesada pela exclusividade nobiliárquica, outros autores procuraram proceder ao arrolamento das armas usadas por famílias judaicas em épocas e contextos sociais específicos, partindo da observação de fontes diversificadas: Umberto Cassuto, Cecil Roth e Hava Lazar escreveram, por exemplo, acerca das armas de famílias italianas da época barroca (CASSUTO, 1907; ROTH, 1967; LAZAR 1982). O uso de heráldica por parte de judeus desde a Idade Média ganhou evidência com os inventários sigilográficos, dos quais o de Daniel Friedenberg, de abrangência europeia e cuidadoso aparato crítico, é especificamente dedicado aos selos usados por membros das comunidades judaicas (FRIEDENBERG, 1987). Tais inventários permitiram por vezes análises

denota desconhecimento absoluto em relação à história da heráldica. A primeira concessão de armas por um monarca português ocorreu no século XV, no reinado de D. Duarte.

aprofundadas: a que Faustino Menéndez Pidal delineou para os reinos de Castela e Leão revela-se potencialmente interessante para estudar a realidade congénere portuguesa, como adiante se verá (MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, 1989). O panorama traçado pelos selos pôde por vezes ser completado, sobretudo para a Idade Moderna, por outras fontes, nomeadamente as marcas de posse apostas em livros, como *ex-libris* e *super-libros* (RUBENS, 1949), ou o levantamento de heráldica patrimonial, principalmente funerária, como a recente obra de David Malkiel dedicada às lápides sepulcrais judaicas de Pádua (MALKIEL, 2014). Para a Itália, foi mesmo realizado por Pietro Righetto, no primeiro quartel do século XX e com base no levantamento de lápides sepulcrais e outras fontes (infelizmente omissas), um armorial hebraico geral, que se conserva manuscrito na Biblioteca Nazionale Universitaria de Turim (apud RICCI, CARASSI e GENTILE, 1998: 153)⁶.

Mas só em 1983 veio a lume uma obra genérica de heráldica, da autoria de Giacomo Bascapè e Marcello del Piazzo, em que se incluía um capítulo sobre armas judaicas que ia além da mera catalogação, procurando estabelecer uma caracterização do fenómeno (BASCAPÈ e DEL PIAZZO, 1999: 433-446)⁷. Estes autores mostraram a necessidade de se estudar a heráldica judaica de forma sistemática, confrontando fontes datáveis desde o século XIV até às épocas mais recentes, tanto para os indivíduos e as famílias, como para as comunidades; nesse sentido, evidenciaram a diversidade de tais fontes, pois esses emblemas “servirono a contrassegnare palazzi e case, tombe, oggetti di proprietà, libri e manoscritti, rilegature pregiate, doni diversi, carte e sigilli, e talvolta divennero marchi di

⁶ O manuscrito, intitulado *Armi e insegne degli ebrei emigrati in Italia. Raccolte, ordinate e diseguate, ed alfabeticamente disposte da Pietro Righetti, veneziano*, foi doado pelo autor à Biblioteca Nazionale Universitaria di Torino em 1932 e aí se conserva sob a quota ms. R. V. 6., conforme notícia redigida por Maria Letizia Sebastiani.

⁷ Capítulo intitulado “Note di araldica e simbologia ebraiche”. Note-se que a primeira edição desta obra data de 1983.

aziende o marchi mercantili” (Ibidem: 444). Procurando fornecer uma visão de conjunto, Bascapè e Del Piazze assinalaram ainda que a tipologia das armas hebraicas se inspirou tanto em motivos próprios desta cultura, como em outros copiados da heráldica cristã, como ainda no recurso a emblemas “falantes”⁸. Evidenciaram também a dificuldade em alcançar uma identificação deste género de emblemas “data la scarsità di studi sull’araldica ebraica” (Ibidem: 440). Na sequência da abordagem genérica proposta por estes mesmos autores, outros desenvolveram pesquisas mais aprofundadas, quer no estudo dos emblemas usados pelos membros de uma comunidade judaica de determinado âmbito geográfico e social (BUONALFACE, 2000), quer na análise de figuras características da heráldica judaica (SCORDO, 1997). De uma maneira geral, colocava-se assim a questão de saber se esta diferia da cristã, no que respeita aos seus usos e à sua tipologia⁹. Considerando a carência de dados, a resposta a esta pergunta deve, por enquanto, optar por uma prudente reserva.

Esta observação colhe ainda mais para a realidade portuguesa, na medida em que, entre nós, a heráldica judaica, como a islâmica, têm sido alvo de escassa atenção¹⁰. Em 1997 veio a lume uma obra cujo título, *O Brasonário Português e a Cultura Hebraica*, poderia levar a

⁸ Assim são denominadas, na terminologia heráldica, as armas em que se verifica uma relação de proximidade fonética entre a designação do signo e a da entidade representada.

⁹ Esta mesma questão já havia sido levantada por Lucien Wolf, que denotou estranheza perante a falta de idiosincrasia das armas atribuídas no século XIX a súbditos britânicos de origem judaica (WOLF, 1894-1895).

¹⁰ Assinale-se o estudo das armas imaginárias atribuídas ao rei David, a Josué e a Judas Macabeu, integrados na série medieval dos Nove da Fama; não se trata porém de heráldica judaica *stricto sensu*, mas sim de insígnias consignadas pelos armoriais a estes personagens (AZEVEDO, 1966: 94). Em contrapartida, as influências islâmicas sobre a heráldica de famílias cristãs portuguesas já foram objecto de estudo (AZEVEDO, 2004; SEIXAS e PORTUGAL, 2012), o mesmo não se verificando com a eventual heráldica de indivíduos e comunidades moçárabes, cuja existência em Portugal se encontra, tanto quanto sei, por confirmar.

supor que fosse dedicada à heráldica judaica (ESPIRITO SANTO, 1997). O autor não procedeu contudo a qualquer investigação que avaliasse os usos heráldicos de judeus portugueses; o seu objectivo e metodologia foram outros: considerando que as armas não-falantes do armorial português careciam de uma explicação óbvia, procurou tal compreensão nas possibilidades oferecidas pelas relações fonéticas com outra língua, na ocorrência o aramaico. O autor declinou assim, para cada família portuguesa armoriada, as hipóteses de leitura do seu apelido nesta língua morta, procurando estabelecer conexões interpretativas com as figuras das respectivas armas. O resultado deve ser considerado como exercício académico desprovido de enquadramento contextual e, consequentemente, de qualquer heurística pertinente do ponto de vista historiográfico ¹¹.

A minguagem de trabalhos sobre a heráldica hebraica portuguesa provém eventualmente de duas questões, uma de fundo, outra de forma:

- Pode resultar, em primeiro lugar, de uma estratégia de construção de memória heráldica protagonizada, ao longo dos séculos XV e XVI, pelos esforços conjugados da Coroa e da nobreza (sobretudo a de corte). Tais esforços tenderam a vincar a relação directa e exclusiva entre o uso de armas e a condição nobiliárquica, por via de diversos instrumentos. Verificava-se, assim, a produção e circulação dos já aludidos tratados de armaria e armoriais, transmissores de uma ideia normativa da heráldica. Em simultâneo, observava-se a implantação de uma autoridade heráldica exclusiva, os oficiais de armas, que agiam em nome do soberano, passando a emitir documentos oficiais

¹¹ Já Leite de Vasconcelos e um seu discípulo haviam enveredado por este género de análises filológicas a-históricas das armas, cujas limitações foram assinaladas por Jorge Preto (VASCONCELLOS, 1911; PORTO, 1937; PRETO, 1989). Mais recentemente, semelhantes abordagens de filologia fonética foram retomadas e sistematizadas por Carlos Carvalho da Fonte (FONTE, 2009; IDEM, 2012).

(as cartas de brasão) pelas quais se concediam armas novas ou se reconheciam armas antigas, tendo num e noutro caso eventuais efeitos de nobilitação ou de acréscimo nobiliárquico (SÃO PAYO, 1927); além de que a tais oficiais competia também a compilação, em armoriais dotados de valor jurídico, das armas usadas por todas as linhagens da nobreza portuguesa (SEIXAS, 2010). Assistiu-se, por fim, à promulgação de leis que, desde D. Afonso V, procuravam estabelecer restrições ao uso de armas por plebeus, culminando com a legislação manuelina. No caso português, a centralização do poder régio ajudou à construção de uma imagem de imprescindibilidade da autoridade heráldica emanada da Coroa (SEIXAS, 2012c). Todos estes factores conjugados produziram um apagamento da memória da heráldica não-nobre (e não-cristã), mesmo quando isso entrava em flagrante contradição com a continuidade de existência de outros tipos de heráldica, como a municipal, a corporativa e a religiosa, que perduraram – ou prosperaram mesmo – durante a Idade Moderna. Foi como se todas as armas que não se coadunavam com o modelo ideológico definido por esta dupla acção da Coroa e da nobreza moderna tivessem sofrido uma *damnatio memoriae*.

- A ausência de estudos sobre heráldica judaica (e islâmica) pode igualmente dever-se, em segundo lugar, a um problema heurístico. De uma forma geral, considera-se a existência de duas fontes fundamentais para a heráldica medieval: os armoriais e os selos (PASTOUREAU, 1998: 48-50). Ora, no caso português, praticamente não existem armoriais medievais (os mais remotos datam do princípio do século XV e têm escasso interesse no que se refere à compilação de armas usadas por indivíduos ou famílias portuguesas). Quanto ao segundo tipo de fontes, os selos são porventura abundantes, porém não beneficiaram, até ao presente, de levantamento completo nem de estudo sistemático (cf. MORUJÃO, 2011: 62-65). Deste modo,

e enquanto se espera pelo inventário sigilográfico nacional que tanto tarda, o conhecimento fundamentado da realidade heráldica portuguesa medieval tem forçosamente de recorrer a outro género de fontes, por natureza mais lacunares: pedras de armas e lápides ou arcas funerárias, vestuário, objectos de natureza religiosa, militar ou de uso quotidiano; e, naturalmente, as fontes documentais, tanto administrativas como literárias (cf. SEIXAS, 2012a).

Note-se que, quanto à heráldica de indivíduos ou famílias judaicas portuguesas, todos os factores atrás apontados terão sido acrescidos de circunstâncias agravantes a partir do momento em que os mesmos passaram para o registo de cristãos-novos: tornar-se-ia ainda mais apetecível, quando não necessário, o apagamento dos elementos identitários próprios da família (nomes, emblemas) em favor de outros directamente copiados dos usos de cristãos-velhos. Não tanto ou não apenas, como tem sido continuamente sugerido (desde *Jewish Encyclopaedia*, 1906 até BUONALFACE, 2000), por doação operada na ocasião do apadrinhamento ou adopção por parte de famílias nobres; mas antes por mero processo de apropriação visando um efeito mimético. Assim se poderá compreender, pelo menos em parte, uma das mais insólitas características da heráldica portuguesa a partir da segunda metade do século XVI: a quase inexistência de armas novas. Aproveitando, com efeito, a relativa escassez de nomes de família e a confusão daí resultante, bem como a distância que ia entre a enunciação da autoridade heráldica e a aplicação concreta das normas por esta advogadas, a livre assunção de armas pré-existentes (e teoricamente pertencentes a outrem) parece ter sido um fenómeno de assinalável amplitude (SEIXAS e GALVÃO-TELLES, 2013: 340-342). A própria autoridade heráldica enveredou pela concessão sistemática, a todos os requerentes, de armas pré-existentes de linhagens nobres e cristãs-velhas homónimas, mesmo quando a ficção genealógica se revelava flagrante.

Criou-se deste modo uma gigantesca ilusão heráldico-genealógica, em tudo benéfica à ocultação de origens consideradas problemáticas quer por falta de “limpeza de sangue”, quer simplesmente por indubitável modéstia da proveniência social dos requerentes (SEIXAS, 2011: 255-258).

Por todos estes motivos, parece compreensível que a heráldica judaico-portuguesa medieval tenha permanecido até ao presente desconhecida, ou pelo menos carente de estudo próprio. É certo que as obras dedicadas ao estudo dos manuscritos iluminados hebraicos de origem portuguesa incluem referências à presença de elementos heráldicos. Os especialistas em iluminuras hebraicas portuguesas limitaram contudo tal presença a dois tipos de interpretações: ora lhe atribuíram uma dimensão meramente decorativa, ou seja, desprovida quer de significado simbólico, quer de valor identificativo; ora a interpretaram como denotativa da origem geográfica de copistas ou de comanditários. Assim, Gabrielle Sed-Rajna, ao comentar a abundante decoração heráldica da Bíblia hoje conservada na Hispanic Society of America, referiu: “le manuscrit contient divers blasons, qui semblent avoir une valeur purement ornementale [...] Les seules armoiries historiques [sont] les emblèmes de Léon, d’Aragon et de Castille” (SED-RAJNA, 1970: 68). Estas últimas armas levaram aliás a autora a aventar uma possível origem castelhana e uma datação do manuscrito anterior à conquista de Granada em 1492, por se encontrar ausente o emblema deste reino (armas falantes em castelhano: uma romã), exemplificando desta forma a tradicional utilidade da heráldica enquanto “ciência auxiliar da História”. Em comentário às hipóteses de Sed-Rajna, Thérèse Metzger observou em tom polémico: “Quant aux blasons, nous voyons mal pourquoi ils ont posé un tel problème à l’Auteur” (METZGER, 1977: 108). Na opinião deste última investigadora, os motivos heráldicos deviam considerar-se usuais nos códices iluminados hebraicos: “Nous les avons vus, portant fleurs de lis, croisants et étoiles, dans la bible de Londres, où ils jouent, comme dans

le manuscrit de New York, mais seulement un peu moins souvent, le rôle de motifs médians de bordures horizontales, et nous les reverrons”; mas salientava igualmente a justeza do aproveitamento dos elementos de heráldica régia castelhano-aragonesa como indícios para uma datação (posterior à união das Coroas de Castela e Aragão em 1469, anterior à conquista de Granada) e indicação de naturalidade (*Ibidem*: 108-109)¹². Bezalel Narkiss, por seu turno, no *catalogue raisonné* de manuscritos hebraicos de origem peninsular existentes nas Ilhas Britânicas, descreveu com minúcia (mas sem rigor heráldico) as armas aí presentes, evitando contudo conferir-lhes qualquer tipo de interpretação (NARKISS, 1982: 137-151). É aliás curioso que, nas páginas referentes à caracterização da “Escola de Lisboa”, o autor tenha omitido a existência de motivos heráldicos, não obstante estes poderem porventura constituir elementos peculiares de tal tipo de produção (*Ibidem*: 137-138). De uma forma geral, pode portanto observar-se que a dimensão heráldica tendeu a ser desvalorizada pelos estudiosos de manuscritos hebraicos portugueses: não a consideraram significativa para a caracterização destes códices, nem retiveram o seu eventual valor identificativo, com excepção daquele que se prendia com a indicação da naturalidade de executantes ou destinatários.

Na verdade os estudiosos – tanto historiadores, historiadores da arte e especialistas em iluminura medieval, como heraldistas – não poderiam deixar de marcar uma entendível perplexidade perante a profusão de ilustrações de natureza heráldica em manuscritos hebraicos: pois se as obras de referência não mencionam a existência de heráldica judaica e se os armoriais portugueses são também unanimemente omissos a tal respeito, como interpretar aqueles sinais? E, de facto, a tratadística e as colectâneas de fontes disponí-

¹² Posteriormente, numa breve caracterização da produção de manuscritos hebraicos portugueses nos últimos decénios do século XV, a mesma autora advogou um carácter essencialmente decorativo das respectivas iluminuras, omitindo qualquer referência à presença heráldica (METZGER, 1984).

veis revelam-se inúteis para responder a tal pergunta, a não ser que se coloque a resposta no campo da simples heráldica imaginária, isto é, não correspondente a quaisquer usos concretos.

O caso do saltério dito de Bry evidencia porém a utilização de um escudo de armas por parte de um judeu florentino, Isaac ben Emanuel da San Miniato, com intuitos claramente identificativos. Mais ainda: conforme a análise convincente de Gabrielle Sed-Rajna, tais armas apresentavam, por um lado, uma base simbólica coerente e complexa, como uma espécie de glosa visual de temas bíblicos e, por outro, assumiam-se como representativas do encadeamento geracional da família (SED-RAJNA, 1966). A inclusão nestas armas de um listel com a citação bíblica “este é o meu nome eternamente, e este é o meu memorial de geração em geração” (Êxodo 3:3) declara de maneira inequívoca o valor identitário e hereditário atribuído àquele emblema heráldico¹³. Não pode portanto haver qualquer dúvida de que, neste caso, as armas usadas pelo erudito judeu florentino se destinavam a identificar a sua família e correspondiam por completo às características semióticas e técnicas igualmente presentes na heráldica das famílias cristãs.

Impõe-se assim, à luz deste exemplo florentino, uma pergunta fulcral para as armas representadas nos manuscritos portugueses: poderiam tais emblemas ser efectivamente identificativos dos indivíduos que encomendaram essas obras ou daqueles a quem elas foram dedicadas? Para responder cabalmente a tal pergunta, deveriam comparar-se estes emblemas com aqueles presentes nos selos dos mesmos personagens – os quais, pela importância da sua posi-

¹³ Estas armas possuíam também, segundo a mesma autora, uma forte carga simbólica: “Qu’une famille de notables juifs du XVe siècle institue ses armes parlantes en fonction de la Bible n’a rien que de très naturel: le ciel et les astres, qui président à la marche du temps et aux destinées, apparaissent couramment dans les *Techillim*. La présence des personnages, la créature figurée avec les symboles de la création, le microcosme face au firmament, cela ne doit pas davantage étonner : nous sommes à l’heure de la Renaissance – et dans le domaine de l’héraldique. » SED-RAJNA, 1966 : 387-388.

ção social, pelos hábitos da época e por absoluta necessidade, dificilmente deixariam de fazer uso de instrumentos de identificação e validação sigilográfica. O que mais evidencia, se ainda fosse preciso, a urgência de se proceder ao inventário dos selos medievais portugueses.

Esta lacuna heurística impõe assim limites à análise a que se podem submeter os emblemas presentes nos manuscritos hebraicos portugueses. Contudo, a inovadora inclusão de uma vertente heráldica no projecto “Iluminura hebraica em Portugal durante o século XV” veio permitir que se elaborasse uma primeira abordagem, com base na recolha sistemática de fontes realizada, e se procedesse a um exercício de caracterização destas representações armoriadas, para depois procurar compará-las com o panorama da heráldica judaica do resto da Península Ibérica, essa sim já estudada com base nas fontes sigilográficas.

Em primeiro lugar, observa-se que os exemplares portugueses se integram plenamente nas normas de construção heráldica veiculadas pelos tratados de armaria então em circulação, no que respeita quer à estilização das figuras e ao seu correcto posicionamento no escudo, quer à observação da chamada lei dos esmaltes (não sobreposição de metal sobre metal ou de cor sobre cor). Assim, no que respeita à composição, a heráldica presente nos manuscritos hebraicos em nada se distingue, à partida, da das famílias cristãs coevas.

Quanto às figuras presentes nos escudos, os exemplares arrolados permitem uma visão de conjunto (Tabelas 1, 2, 3 e 4), da qual sobressaem as seguintes características:

- Predomínio das bordaduras (FIG. 1);
- Figuras mais representadas: crescentes, estrelas, leões e elos de cadeia (FIGS. 2-3-8);
- Figuras menos frequentes que as anteriores, mas representadas mais de uma vez: besantes/arruelas e flores-de-lis (FIG. 4);
- Figuras representadas apenas uma vez: castelo, águia, carneiro, árvore, flor, braço armado, banda e pala (FIG. 8).

Deste quadro infere-se, antes de mais, a correspondência assinalável entre as figuras da heráldica judaica e da heráldica cristã de famílias portuguesas medievais, conforme estatística estabelecida por José Guilherme Calvão Borges (BORGES, 2003). Na verdade, as figuras mais comuns são as mesmas, apresentando apenas alguma variação na sua posição relativa (os crescentes predominam na judaica, ao passo que na cristã imperam as flores-de-lis). Observa-se assim que o repertório das figuras presentes nos manuscritos hebraicos se coaduna integralmente com as práticas portuguesas coevas, sem denotar traços significativos que expressem a especificidade judaica.

Da amostra estudada, apenas se podem salientar três características inusitadas:

- a presença repetida de escudos plenos de azul, isto é, preenchidos por esta cor e desprovidos de qualquer figura (na heráldica cristã, apenas ocorre um caso similar, com o escudo de ouro pleno dos Meneses) (FIG. 5);
- a menor frequência de figuras geométricas (peças ou partições derivadas), que na heráldica das famílias cristãs têm, em Portugal, uma relevância muito mais significativa;
- e a composição peculiar do escudo que apresenta uma árvore e um carneiro sobre uma campanha, com um braço armado sainte do chefe do escudo, assemelhando-se a uma cena historiada, que escapa às normas figurativas heráldicas quatrocentistas (FIG. 6).

Também é possível verificar que a maior parte das representações heráldicas destes manuscritos hebraicos apresenta apenas o escudo, sem qualquer elemento exterior (as duas únicas exceções são o escudo de azul suportado por dois leões, e o escudo da águia bicéfala contido numa grinalda, ao gosto italiano) (FIG. 7). Tal ausência marca contraste com o que sucedia na heráldica das famílias cristãs coevas: ao longo dos séculos XIV e XV, foi-se implantando o há-

bito de completar a mensagem identificativa (e porventura simbólica) contida no escudo com elementos exteriores variados, que transmitiam a posição social do armígero sobretudo quanto ao seu grau de nobreza, à posse de certas dignidades e ao desempenho de determinados ofícios (elmo, paquife e virol, timbre, coroa ou coronel, etc.), ou que constituíam uma sua caracterização moral ou política (empresa). A ausência de tais elementos exteriores na heráldica judaica estará possivelmente relacionada com a exclusão dos armígeros judaicos das categorias cavaleiresca, nobiliárquica e eclesiástica: não haveria, neste caso, nem possibilidade nem necessidade de evidenciar tal género de estrutura social. Poder-se-á mesmo aventar, a título de mera hipótese, que a distinção essencial entre a heráldica da nobreza e clero cristãos e a heráldica plebeia e não-cristã se tenha construído fundamentalmente, ao longo do período final da Idade Média e para a realidade portuguesa, pela presença ou ausência dos ditos elementos exteriores ao escudo.

A caracterização geral assim traçada pode ser comparada com a realidade da heráldica judaica nos demais reinos ibéricos coevos, traçada por Faustino Menéndez Pidal com base no inventário sigilográfico, totalizando uma vintena de impressões ou matrizes conhecidas (MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, 1989). Aponta também este autor a comunhão do repertório de figuras entre a heráldica cristã e a judaica, sem características específicas desta última no que se refere à sua natureza e estilização¹⁴. Menéndez Pidal assinala as seguintes figuras predominantes na heráldica judaica: bordadura, flor-de-lis, leão, castelo (ou torre), estrela, crescente. Pode portanto concluir-se que a amostra das iluminuras heráldicas judaicas portuguesas se insere perfeitamente no quadro geral da Península Ibérica. Como eventual idiossincrasia, poderá referir-se a frequência de besantes/arruelas e de semeados, uns e outros porventura re-

¹⁴ O mesmo autor já anteriormente apresentara um breve esboço da heráldica judaica em Espanha, ao tratar do tema das armas não nobres (MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, 1986: 96).

sultantes de emulação da heráldica régia portuguesa – fenómeno outrossim fortemente perceptível na heráldica da nobreza (SEIXAS e PORTUGAL, 2013).

De resto, o fenómeno de emulação, conforme já apontou Menéndez Pidal, deve ser considerado como um dos factores mais relevantes para a constituição da heráldica judaica ibérica, na medida em que grande parte das armas assumidas por membros desta comunidade se limitou a copiar modelos já existentes e a seguir verdadeiras modas heráldicas. Isso explica, para este mesmo autor, a reprodução de modelos formais, sem desprimor de lhes serem aplicadas explicações simbólicas próprias da cultura judaica: “On a dit que les séfarades ont trouvé un sens religieux pour certains emblemes tels le lion et la tour ou le château; il n’était donc pas nécessaire de multiplier les leurs” (MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, 1989: 366). Na amostra portuguesa, verifica-se com efeito a presença de diversos elementos que parecem inspirados na heráldica régia castelhano-leonesa (leão, castelo, banda), catalã (palas) e navarresa (cadeias) (FIG. 8). Porque não pensar que a presença de besantes e de semeados, bem como o predomínio da cor azul, resultem outrossim de atracção semelhante exercida pelas armas reais portuguesas? Tanto mais que, como já foi assinalado, tal género de influência se encontra igualmente reflectida na heráldica da nobreza, em diversos graus: tanto no que se prende com aspectos cromáticos (BORGES, 2003), como com a repetição de figuras ou de disposições das mesmas (SEIXAS e PORTUGAL, 2013).

Assim, a difusão dos modelos heráldicos procedia como um fenómeno de moda, cujo epicentro se situava no rei e na sua dinastia: daí decorria a nítida emulação dos próprios emblemas régios nas armas judaicas, que podia ser simplesmente denotativa da naturalidade destas famílias¹⁵. Neste sentido, deve ter-se em atenção que

¹⁵ Mais uma vez, o mesmo fenómeno se verificava na heráldica de famílias da nobreza castelhano-leonesa (cf. MENÉNDEZ PIDAL, 2011: 389-417).

tais emblemas podiam também, por vezes, ser usados em função de um valor meramente decorativo. Verifica-se desta forma, no recurso às figurações heráldicas presentes nos manuscritos hebraicos, uma oscilação – ou porventura um equilíbrio – entre carga semântica e carga ornamental, sendo a segunda claramente mais fácil de definir que a primeira.

Isso mesmo se infere da presença múltipla de escudos de armas totalmente diferentes (isto é, sem elemento algum de ligação entre eles) num mesmo fólio: dificilmente eles poderiam corresponder a armas de aliança matrimonial ou de parentesco próximo, como sucede em manuscritos cristãos. É portanto provável que, nestes casos, estejamos perante uma heráldica de intuítos mais propriamente decorativos.

Em conclusão, saliente-se o fenómeno de moda dos emblemas heráldicos e carácter transversal do uso de armas ainda no período final da Idade Média, quando as restrições modernas se encontravam ainda em fase de elaboração. As armas presentes nos manuscritos hebraicos portugueses correspondem perfeitamente aos modelos definidos quer para a heráldica de famílias cristãs pertencentes à mesma unidade política, quer para a heráldica judaica existente nos demais reinos ibéricos.

Permanecem todavia diversas questões em aberto: terá tal heráldica sido usada, no caso português como ibérico, enquanto meio de identificação individual, familiar, comunitária? E quais terão sido as suas formas de transmissão: hereditária, religiosa, institucional? Teriam as armas assumidas por judeus gozado de interpretações simbólicas próprias, que viessem por assim dizer atenuar o carácter eminentemente não-judaico da sua origem formal? Terá essa mesma origem despertado, entre a comunidade judaica, reacções de contrariedade? As respostas a estas perguntas poder-se-ão colher, desde logo, por duas vias forçosamente complementares: procurar conhecer, por um lado, os usos sigilográficos dos membros desta comunidade, que nos poderiam revelar a permanência do uso de

emblemas em gerações seguidas do mesmo núcleo familiar; e, por outro lado, aprofundar o estudo do contexto social e genealógico deste fenómeno emblemático, sobretudo com recurso a fontes documentais. Só assim se poderão enquadrar, do ponto de vista cultural, as escolhas operadas por cada armígero e, eventualmente, apontar hipóteses explicativas mais concretas. Para além deste caminho exploratório, convirá também averiguar as ligações entre estas imagens heráldicas e as obras em que se inscrevem: qual a sua relação com a restante decoração e com o próprio teor dos textos? Em que medida a preferência por este género de decoração armoriada será típica de determinada escola ou de determinado tipo de obra? Haverá possibilidade de estabelecer relação entre elementos cronológicos, tipológicos e codicológicos? Qual o papel que a heráldica, em resumo, assumiu no contexto da produção de manuscritos iluminados – judaicos ou cristãos?

A formulação de tantas indagações revela que este estudo deve por ora permanecer em aberto, à espera de aprofundamento. Fica porém, desde já, a consciência de um universo de interesse até agora inédito – e capaz de fornecer dados enriquecedores quer para o conhecimento da comunidade judaica, quer para o estudo da produção de manuscritos iluminados no século XV, quer ainda para a compreensão da heráldica medieval portuguesa.

Bibliografia

- Anglo-Jewish notabilities: their arms and testamentary dispositions*, London, Jewish Historical Society of England, 1949.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “Ecos do Islão em heráldica familiar portuguesa quatrocentista-quinhentista”, in *Symms Philologus Necnon Verborum Imperator. Colectânea de estudos em homenagem ao académico de mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90.º aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 143-149.
- BASCAPE, Giacomo; DEL PIAZZO, Marcello (con la cooperazione di

- Luigi Borgia), *Insegne e simboli. Araldica pubblica e privata medievale e moderna*, Roma, Ministero per i Beni e le Attività Culturali / Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1999.
- BORGES, José Guilherme Calvão, “Heráldica de Família em Portugal – Algumas singularidades (um estudo de heráldica comparada)”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II-41 (2003), pp. 310-345.
- BOUDREAU, Claire, “Traité de blason et armoriaux: pédagogie et mémoire”, in HOLTZ, Louis, PASTOUREAU, Michel e LOYAU, Hélène (dir.), *Les armoriaux médiévaux*, Paris, Le Léopard d’Or, 1997, pp. 383-393.
- BOUDREAU, Claire, “Messagers, rapporteurs, juges et ‘voir-disant’. Les hérauts d’armes vus par eux-mêmes et par d’autres dans les sources didactiques (XIVe - XVIe siècles)”, in IDEM et alii, *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge*, Paris: Publications de la Sorbonne, 2004, pp. 233-245.
- BUONALFACE, Ilaria, “Araldica della borghesia ebraica in Livorno: origini, consuetudini e testimonianze monumentali”, in RICCI, Stefania; SIMONELLI, Fabio (org.), *L’identità genealogica e araldica. Fonti, metodologia, interdisciplinarità, prospettive. Atti del XXIII Congresso internazionale di scienze genealogica e araldica. Torino, Archivio di Stato, 21-26 settembre 1998*, Roma, Ministero per i Beni e le Attività Culturali / Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 2000, vol. I, pp. 409-431.
- CASSUTO, Umberto, “Sugli stemmi pressì gli ebrei”, in *Vessillo*, 55 (1907), pp. 28-30 e 117-118.
- Encyclopaedia Judaica*, Jerusalem/New York, Keter Publishing House/Mac Millan, 1982 (vol. 6, *sub voce* “Heraldry”).
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, *O Brasonário Português e a Cultura Hebraica*, Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões / Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- FONTE, Carlos Carvalho da, “Armas primitivas de Portugal, novos contributos”, in SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *Estudos de Heráldica Medieval*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos / Caminhos Romanos, 2012, pp. 315-332.

- FONTE, Carlos Carvalho da, *A Marca de Portugal – Semântica Primitiva das Armas Nacionais e alguns dos seus Aspectos Sintáticos e Pragmáticos*, Porto, dissertação de mestrado em Design Industrial, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009.
- FRIEDENBERG, Daniel, *Medieval Jewish seals from Europe*, Detroit, Wayne State University Press, 1987.
- HILTMANN, Torsten, “Vieux chevaliers, pucelles, anges? Fonctions et caractères principaux des héralds d’armes d’après les légendes sur l’origine de l’office d’armes au XV^e siècle”, in SCHNERB, Bertrand (ed.), *Le héraut, figure européenne (XIV^e-XVI^e siècle)*, Villeneuve d’Ascq, Université Charles de Gaulle – Lille 3, 2006, pp. 503-525.
- The Jewish Encyclopedia*, New York: Ktav Publishing House, 1901-1906 (vol. IV, *sub voce* “Coat of Arms”).
- KANDEL, Edward M., “The Sephardim: some grants to Judeo-Spanish refugees”, in *The coat of arms*, X (1968-1969), p. 69-73.
- LAZAR, Hava, “Coats of arms of Italian Jews”, in *Proceedings of the Eighth World Congress of Jewish Studies*, Jerusalem, World Union of Jewish Studies, 1982, pp. 55-62.
- LOSKOUTOFF, Yvan, *L’armorial de Calliope. L’œuvre du Père Le Moyne S.J. (1602-1671): littérature, héraldique, spiritualité*, Tübingen, Narr, 2000.
- MALKIEL, David, *Stones speak. Hebrew tombstones from Padua, 1529-1862*, Leiden, Koninklijke Brill, 2014.
- MATHIEU, Rémi, *Le système héraldique français*, Paris, J. B. Janin, 1946.
- MENÉNDEZ PIDAL, Faustino, *Heráldica de la Casa Real de León y de Castilla (siglos XII-XVI)*, Madrid, Ediciones Hidalguía, 2011.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, “Armoiries hispano-arabes et hispano-hébraïques. Échanges d’influences dans le domaine héraldique”, in *Genealogica & Heraldica Lisboa 1986. Actas do 17.º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1989, vol. Heráldica, pp. 357-371.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, “Armoiries non nobles en Espagne”, in PINOTEAU, Hervé, PASTOUREAU, Michel, POPOFF, Michel (ed.), *Les armoiries non nobles en Europe: XIII^e-XVIII^e siècle*, Paris, Le Léopard d’Or, 1986, pp. 95-104.

- METZGER, Thérèse, *Les manuscrits hébreux copiés et décorés à Lisbonne dans les dernières décennies du XV^e siècle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1977.
- METZGER, Thérèse, *Les manuscrits hébreux décorés à Lisbonne dans les dernières décennies du XV^e siècle*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1984.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, “Working with medieval manuscripts and records: palaeography, diplomatics, codicology and sigillography”, in MATTOSO, José et alii, *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 45-65.
- NARKISS, Bezalel, *Hebrew illuminated manuscripts in the British Isles. A catalogue raisonné*, Jerusalem and London, Oxford University Press / Israel Academy of Sciences and Humanities / The British Academy, 1982.
- PASTOUREAU, Michel, *Les Armoiries*, Turnhout, Brepols, 1998.
- PASTOUREAU, Michel, *Traité d'Héraldique*, Paris, Bordas, 1993.
- PRETO, Jorge, “Des armoiries qui parlent. Propos sur la science du blason et la linguistique”, in *Genealogica & Heraldica Lisboa 1986. Actas do 17.º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1989, vol. Heráldica, pp. 457-494.
- PORTO, António Miguel da Silva Vasconcelos, *A Heráldica e a Etimologia Toponímica*, Lisboa, dissertação para a Licenciatura em Filologia Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1937.
- RICCI, Isabella Massabò; CARASSI, Marco ; GENTILE, Luisa Clotilde (ed.), *Blu, rosso & oro. Segni e colori dell'araldica in carte, codici e oggetti d'arte*, Milano, Electa, 1998.
- ROTH, Cecil, “Stemmi di familie ebraiche italiane”, in CARPI, Daniel; MILANO, Attilio; ROFÉ, Alexander (ed.), *Scritti in memoria di Leone Carpi. Saggi sull'Ebraismo italiano*, Jerusalem, Sally Mayer Foundation, 1967, pp. 165-183.
- RUBENS, Alfred, “Anglo-Jewish coats of arms. Being a list of armorial bearings in current use in Great Britain up to the year 1900, accompanied by a list of armorial bookplates”, in HYAMSON, Albert *et alii*,

- Anglo-Jewish notabilities. Their arms and testamentary dispositions*, London, The Jewish Historical Society of England, 1949.
- SÃO PAYO, D. António, Conde de, *Do Direito Heraldico Português. Ensaio historico juridico*, Lisboa, Centro Tipografico Colonial, 1927.
- SAVORELLI, Alessandro, “L’araldica per la storia: una fonte ausiliaria?”, in PAOLI, Maria Pia (ed.), *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell’età moderna*, Roma, Carocci editore, 2013, pp. 289-315.
- SCORDO, A., “Strette di mano ebraiche, civiche ed anglosassoni”, in GERA, B.; MALERBA, A. (ed.), *Una strenna di mani*, Torino, Centro di Studi Piemontesi, 1997.
- SED-RAJNA, Gabrielle, *Manuscripts hébreux de Lisbonne. Un atelier de copistes et d’enlumineurs au XV^e siècle*, Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1970.
- SED-RAJNA, Gabrielle, *Le psautier de Bry, manuscrit hébreu enluminé (Espagne, XV^e siècle – Florence, 1489)*, Paris, Mouton, 1966.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, “Bibliografia de heráldica medieval portuguesa”, in SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *Estudos de Heráldica Medieval*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL) / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos (ULL) / Caminhos Romanos, 2012a, pp. 509-558.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, “A heráldica em Portugal no século XIX: sob o signo da renovação”, in *Análise Social*. 202 – XLVII (2012b), pp. 56-91.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilbena Barbosa*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2011.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, “As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência”, in *Ler História*, 58 (2010), pp. 155-179.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, “Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal”, in RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.), *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, 2012c, pp. 1-37.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, “Qual pedra íman: a matéria heráldica na pro-

dução cultural do Antigo Regime”, in *Lusíada. Série de História*, II-7 (2010), pp. 357-413.

SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “Elementos de uma cultura visual e dinástica: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte”, in BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (coord.), *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos, 2014, pp. 257-283.

SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “E tragam as armas direitas dos Costas em todos os lugares, e peças. O património armoriado dos Costas: uma estratégia de comunicação?”, in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL) / Caminhos Romanos, 2013, pp. 319-342.

SEIXAS, Miguel Metelo de; PORTUGAL, João António, “À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha”, in REDOL, Pedro; GOMES, Saul António (coord.), *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*, Batalha, Município da Batalha, 2012, pp. 27-63.

VASCONCELLOS, J. Leite de, “Heráldica e linguística”, in *Lições de Philologia Portuguesa dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1911, pp. 251-271.

WOLF, Lucien, “Anglo-Jewish coats of arms”, in *Transactions*, 2 (1894-1895), pp. 153-169.

Tabelas

Figura	Frequência
Bordadura	12
Crescente	7
Estrela	5
Leão	5
Elos de cadeia	4
Besantes/arruelas	3
Flor-de-lis	3
Castelo	1
Braço armado	1
Banda abocada	1
Pala	1
Águia bicéfala	1
Carneiro	1
Árvore	1

Quadro 1

Figuras heráldicas e sua frequência

Figura	Frequência
Leão	3
Crescente	3
Besantes/arruelas	3
Flor-de-lis	2
Lua	1
Estrelas	1
Banda abocada	1
Palas	1
Águia bicéfala	1
Carneiro	1
Árvore	1

Quadro 2

Figuras heráldicas principais
e sua frequência

MIGUEL METELO DE SEIXAS

Figura	Frequência
Bordadura	12
Cadeias	4
Estrelas	4
Crescentes	2
Castelo	1
Leão	1
Braço armado	1

Quadro 3

Figuras heráldicas secundárias
e sua frequência

Elementos	Frequência
Leões (dois, como suportes)	1
Grinalda vegetalista	1

Quadro 4

Elementos exteriores ao escudo

Figuras



Fig. 1 – *Pentateuco de Almanzi*. Pormenor do escudo patente no frontispício do Deuteronomio, Londres, British Library, Add. 27167, fl. 256r.



Fig. 2 – *Bíblia de Lisboa* (1482). Pormenor do escudo patente no colofão do manuscrito. Londres, British Library, Or. 2626-2628, fl. 185v.



Fig. 3 – *Bíblia* (finais do século XV). Pormenor do escudo patente num fólio do manuscrito. Nova Iorque, The Hispanic Society of America, Ms. B241, fl. 47v.



Fig. 4 – *Bíblia de Lisboa* (1482). Pormenor do escudo patente num fólio do manuscrito. Londres, British Library, Or. 2626-2628, fl. 1v.



Fig. 5 – *Pentateuco de Almanzi*. Pormenor do escudo patente num fólio do manuscrito. Londres, British Library, Add. 27167, fl. 11v.

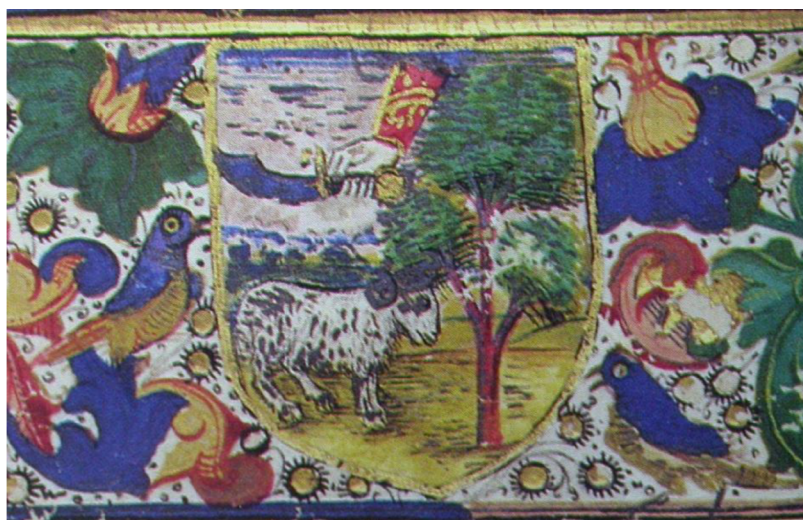


Fig. 6 – *Bíblia* (finais do século XV). Pormenor do escudo patente no frontispício dos Salmos. Nova Iorque, The Hispanic Society of America, Ms. B241, fl. 470r



Fig. 7 – *Bíblia* (finais do século XV). Pormenor do escudo patente num fólio do manuscrito. Nova Iorque, The Hispanic Society of America, Ms. B241, fl.160r.

O LIVRO E AS INTERAÇÕES CULTURAIS JUDAICO-CRISTÃS EM PORTUGAL NO FINAL DA IDADE MÉDIA



pormenor: fl. 250v



pormenor: fl. 250v



pormenor: fl. 251r

Fig. 8 – *Bíblia* (finais do século XV), The Hispanic Society of America, Ms. B241, fls. 250v (conclusão do Livro dos Reis) e 251r (início do Livro de Isaías).